

Perspectivas relacionais das categorias Território e Campo na análise geográfica

Aline Weber Sulzbacher

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) – Diamantina, Minas Gerais, Brasil.

e-mail: aline.weber@ufvjm.edu.br

Resumo

Este artigo se propõe a indicar possibilidades analíticas na Geografia, considerando relação entre as categorias Território (RAFFESTIN, 1993; HAESBAERT, 2006) e Campo (BOURDIEU, 1993; 2005; 2007), com um intuito provocativo e reflexivo. Entende-se que poder e política são conteúdos fundantes do Território e do Campo. Para tal, toma-se como princípio a necessidade de uma perspectiva relacional sobre poder e política, para estudá-los sob um viés geográfico, pois estão intrinsecamente relacionados, um ao outro, pelo fato de que só o podem ser mutuamente. Por sua vez, uma relação pressupõe uma situação e um sentido, território e campo, entendendo que os agentes estão situados, que determinadas relações somente são possíveis em determinados contextos, e que por tal característica resguardam particularidades. É a partir das relações de poder (inclusive simbólicas) e política, que se fundamentam as lógicas de um determinado campo em territorialização.

Palavras-chave: Poder; política; geografia política.

Relational perspectives of the Territory and Field categories in geographic analysis

Abstract

This article proposes to indicate analytical possibilities in Geography, considering a relationship between the categories Territory (RAFFESTIN, 1993; HAESBAERT, 2006) and Field (BOURDIEU, 1993; 2005; 2007), with a provocative and reflective purpose. It is understood that power and politics are foundational contents of the Territory and the Field. To do so, we assume that a relational perspective on power and politics is necessary to study them under a geographical eye, for they are intrinsically related to each other by the fact that they can only be mutually related. In turn, a relation presupposes a situation and a sense, territory and field, understanding that the agents are situated, that certain relations are only possible in certain contexts, and that by such characteristic they guard particularities. It is from the relations of power (including symbolic) and politics, that are based the logics of a given field in territorialization.

Keywords: Power; politics; political geography.

Perspectives relationnelles des catégories Territoire et Champ en analyse géographique

Résumé

Cet article a pour but d'indiquer les possibilités d'analyse en géographie, compte tenu de la relation entre les catégories de Territoire (RAFFESTIN, 1993; HAESBAERT, 2006) et Champ (BOURDIEU, 1993, 2005, 2007), dans une perspective réflexive. Il est entendu que

le pouvoir et la politique sont des contenus du Territoire et du Champ. Pour ce faire, nous supposons qu'une perspective relationnelle sur le pouvoir et la politique de les étudier sous un aspect géographique est nécessaire, car ils sont intrinsèquement liés, un au autre, par le fait que seulement peuvent être mutuellement. À son tour, une relation suppose une situation et un sens, le territoire et le champ, étant entendu que les agents sont situés, que certaines relations ne sont possibles que dans certains contextes, et que cette caractéristiques indiquent des particularités. Il est des relations de pouvoir (y compris symbolique) et la politique qui sous-tendent la logique d'un champ en processus du territorialization.

Mots-clés: Pouvoir; politique; géographie politique.

Introdução

Eu digo que a geografia é uma ciência política, porque quem lida com espaço geográfico, território, necessariamente trata de política. (Bertha Becker)

Embora a geografia e a política possam ter amplas relações, como sugere Bertha Becker, a política e o poder passam a ter maior espaço na agenda de pesquisa da Geografia nos últimos anos, sobretudo no Brasil pós os anos de 1980, indicando desafios epistemológicos. Um exemplo a ser citado é o desenvolvimento de estudos e pesquisas que envolvem conceitos-chaves como política, território, poder, bem como reflexões sobre o Estado (mormente quanto à execução de políticas públicas) e, também, o uso de diferentes ferramentas metodológicas, dada a emergência de novos agentes e de novas pautas.

Assim, ao percorrer um panorama histórico e geográfico de constituição do pensamento da geografia política (SANGUIN, 1975), situamos as questões contemporâneas, principalmente a ênfase nos conceitos de política, poder e território. Castro (2005, p. 11) indica “a necessidade de reencantar a política na geografia”, pois “nunca a dimensão política dos fenômenos teve tanta visibilidade e nunca se precisou tanto do olhar geográfico para desvendar a complexidade de fatos entrelaçados”¹. Mas os geógrafos têm contribuído para a compreensão da “complexidade de fatos entrelaçados” dos fenômenos políticos? Embora tal dimensão de análise tenha se tornando recorrente nas pesquisas geográficas, ainda há um campo a ser construído.

Assim, este artigo se propõe a indicar possibilidades analíticas na Geografia, considerando relação entre as categorias Território (RAFFESTIN, 1993; HAESBAERT, 2006; SOUZA, 2013) e Campo (BOURDIEU, 1993; 2005; 2007), com um intuito provocativo e reflexivo. Entende-se que poder e política são conteúdos fundantes do Território e do Campo. Para tal, partimos do princípio de que é necessária uma perspectiva relacional sobre poder e política para estudá-los sob um olhar geográfico: poder e política estão intrinsecamente relacionados, um ao outro, pelo fato de que só o podem ser mutuamente –

¹ Idem, p. 277.

existência condicionada à relação. Por sua vez, uma relação pressupõe uma situação e um sentido, que são estruturantes na objetivação da realidade.

As reflexões e questões aqui apresentadas são oriundas do percurso investigado referente à tese de doutorado², desenvolvida no período de 2011 a 2014, com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Assim, em termos metodológicos, a pesquisa utilizou-se de uma abordagem qualitativa, com pesquisa bibliográfica e incursões a campo para realização de entrevistas semiestruturadas – ao modo de conversas interessadas – e grupos focais com agricultores assentados.

Poder e política no(s) território(s)

Pourquoi tant de gens soulèvent-ils la question du pouvoir aujourd'hui ? Est-ce là un sujet si important ? Et si indépendant qu'on puisse en parler sans tenir compte des autres problèmes ? (Michael Foucault)

As questões apresentadas nessa epígrafe foram escritas por um “jornalista de um grande jornal francês”, direcionadas à Foucault, ao que ele responde: *Pour nous, de toute façon, le pouvoir n'est pas seulement une question théorique, mais quelque chose qui fait partie de notre expérience* (FOUCAULT, 1982, s/p). O poder ainda ressoa como “qualquer coisa que faz parte da nossa experiência”, embora tendo passado mais de trinta anos, há questões teóricas sobre o poder e sua ontologia na sociedade contemporânea – seus mecanismos, funcionamento e no âmbito da geografia, sobre a dimensão espacial do poder ou, ainda, como os poderes implicam nas geografias. Para Claval (2010), o poder é um elemento de explicação indispensável, mas é muito mais invocado do que analisado, aparece nos conflitos e tensões que até então eram vistos como harmônicos.

As discussões sobre a dimensão espacial do poder, e do poder e sua relação com a política, são contemporâneas na Ciência Geográfica. Enquanto uma categoria da filosofia política e que, no século XX ganhou importância nas ciências sociais, o poder na análise geográfica é influenciado pelos fatos políticos e pelas reflexões de Michel Foucault, dentre elas, a de que “[...] foi preciso esperar o século XIX para saber o que era a exploração; mas talvez ainda não se saiba o que é o poder” (FOUCAULT, 1979, p. 75).

Dumont (2010) analisa as influências do filósofo na Geografia a partir da criação e publicações da revista *Hérodote* demonstrando também as mudanças na forma de conceber o lugar do poder no pensamento geográfico francês dos anos 1970 e 1990:

² Programa de Pós-Graduação em Geografia, na Universidade Estadual Paulista, Campus Presidente Prudente, sob orientação Prof. Dr. Antonio Nivaldo Hespanhol.

[...] os primeiros [revista Hérodote e Claude Raffestin] evoluem em um contexto de uma concepção “centrada no Estado” do poder dos anos 1970 (guerra fria), enquanto que o último [Michel Lussault] sobre uma concepção “centrada no indivíduo” dos anos 1990. [...] Efetivamente, eles expressam a passagem de uma concepção que abordava o espaço e política, para outra na qual o espaço é política ou, de forma ampliada, substituindo uma abordagem dissociando as relações sociais e o espaço por outra, estimulando a considerar o espaço como relação (DUMONT, 2010, p. 03 – tradução nossa).

Tal mudança de uma perspectiva “centrada no Estado” para uma perspectiva “centrada no indivíduo”, passando a conceber o político como sendo diretamente ligado ao espaço (*l'espace est politique*) é um marco teórico-metodológico para a reflexão e discussão da relação entre espaço e política e, espaço e poder. Marca, igualmente, o questionamento sobre as dimensões espaciais da política e do poder ou sobre quais as possíveis contribuições da geografia para a compreensão dos fenômenos ligados ao poder e a política. Assim, a análise geográfica do poder e da política sob um viés relacional aqui apresentado traz duas perspectivas complementares: na primeira, é o poder que atualiza a política, que lhe confere conteúdos; na segunda, consideramos que é através da política que se põe em disputa o poder para dizer/fazer/induzir algo, dar sentido a um determinado projeto.

Ao discutir o poder e a política Dussel (2007) apresenta uma concepção de poder que propõe análise a partir do sujeito: “o ser humano é um ser vivente” e este “*querer-viver* dos seres humanos em comunidade denomina-se vontade. A *vontade-de-vida* é a tendência originária de todos os seres humanos” (DUSSEL, 2007, p. 25 – grifos originais). Para o filósofo, a vontade-de-viver é a essência positiva do poder, uma vez que move o ser humano – vivente – a buscar, inventar ou desenvolver, meios de sobrevivência para satisfazer suas necessidades. Assim, é a partir da comunidade, como origem de todo poder – *potentia*³, que se constitui a política, a *potestas*⁴– desenvolvimento do poder político, poder como mediação – como atividade que organiza a vida. Logo, se o poder é originário na comunidade e dessa capacidade de sobreviver, a política será a atividade coletiva que institucionaliza o acontecer da vida:

[...] quanto ao *conteúdo* e à *motivação* do poder, a ‘vontade-de-vida’ dos membros da comunidade, ou do povo, já é a determinação *material* fundamental da definição de poder político. Isto é, a política é uma atividade que organiza e promove a produção e a reprodução e o aumento da vida de seus membros (DUSSEL, 2007, p. 26 – grifos originais).

³ Em Dussel (2007, p. 29), *potentia* refere-se “ao poder que tem a comunidade como faculdade ou a capacidade que é inerente a um povo enquanto última instância da soberania, da autoridade, da governabilidade, do político.”

⁴ Por Dussel (2007, p. 20), *potestas* refere-se « a necessária institucionalização do poder da comunidade, do povo”.

Tal aceção nos conduz a compreender que o poder tem relação direta com a situação geográfica e com a capacidade de organização da comunidade a fim de institucionalizar suas necessidades, que ocorre através da política. Portanto, cotidiano e o lugar que compõem o mundo imediato são, assim, universos que nos auxiliam nessa leitura do poder e dos indivíduos investidos de poder – que assumem posições, como agentes, em determinado campo, porque investidos da política como potestas.

Para Dussel (2007, p. 32) “O processo de passagem de um momento fundamental (*potentia*) a sua constituição como poder organizado (*potestas*) começa quando a comunidade política se afirma a si mesma como poder instituinte [...]”. Essa passagem da *potentia* para a *potestas* é fundamental, caso contrário temos somente a *potentia* que, como princípio, guarda em si o potencial, “de ser uma possibilidade futura” (DUSSEL, 2007, p. 32). Como o próprio autor destaca: “o poder como *potentia* [...], embora seja o fundamento de todo poder político, se não fosse atualizado (por meio da ação política com poder) ou institucionalizado (por meio de todas as mediações políticas para poder cumprir as funções do político), ficaria em potência, como uma mera possibilidade inexistente.” Portanto, é a política, em seu exercício, que institucionaliza o poder – lembrando sempre que o compreendemos como essa capacidade da comunidade em sobreviver ao meio, em definir suas prioridades e necessidades.

Para Sánchez (1992) compreender a política implica em entendê-la como um “jogo de interesses sociais contrapostos” e na relação entre política e poder (propondo o poder como a “capacidade de intervir sobre o espaço, de modificá-lo”). Logo, a dimensão espacial da política realiza-se nessa capacidade de intervir sobre o espaço, objetivando, deste modo, uma determinada configuração do poder: esse poder de ação sobre os outros – ou entre homens – que resulta na sua objetivação sobre o espaço.

E essa objetivação tem como um dos focos o corpo humano, que é “um corpo socializado, investido na prática dos princípios organizadores socialmente construídos e adquiridos no curso de uma experiência social situada e datada” (BOURDIEU, 2007, p. 167). Ou, como fala Dussel (2007, p. 52), a política conduz a uma determinada ação que é “*estratégica*, não meramente instrumental (como a técnica que transforma a natureza), uma vez que se dirige a outros sujeitos humanos que, como atores, ocupam espaços práticos, hierarquizam-se, oferecem resistência ou ajudam na ação uns dos outros...”.

O espaço, portanto, é o ponto de partida e de retorno, como sugere Claval (1976). Não como mero suporte da vida, mas em sua condição objetiva que impõe possibilidades e restrições sobre o futuro – estas últimas, muitas vezes, superadas de acordo com as capacidades políticas do grupo. A política envolve a discussão sobre o *devoir*, trata-se de um processo de interação, de imbricação de leituras de mundo e da formulação de ações prospectivas.

Portanto, o que “a política significa aqui e agora é resultado de um longo processo histórico”, que fez com que se firmasse “como uma atividade na vida social dos homens” (MAAR, 1984, p. 29). Trata-se de uma atividade que versa sobre o futuro, no presente e a partir da relação com o mundo:

A própria atividade política, longe de ser apenas voltada a uma transformação do ‘mundo objetivo’ com vistas ao futuro, significa, no presente, o exercício de uma atividade transformadora da consciência e das suas relações com o mundo. Assim as próprias propostas políticas são repensadas em cima do que elas têm a oferecer já, aqui e agora (MAAR, 1984, p. 22).

Tal assertiva – da atividade política como transformadora da consciência e das suas relações com o mundo – vem ao encontro dos pressupostos que foram antes apresentados sobre a relação entre poder e política: (1) o poder como conteúdo da política e (2) a política que põe em disputa o poder. A política envolve não somente um aqui e agora. Implica em um depois, em pensar o tempo longo. Indica também determinada expertise ou um *habitus* do político, ou seja, essa capacidade de inserção em determinadas redes que podem potencializar determinadas causas ou pautas demandadas pelo grupo.

Deste modo, o campo de poder se constitui a partir de determinadas posições sociais em permanente disputa e se movimenta a partir da ação de seus agentes: ou seja, estes sujeitos, em sua condição de *posto* em um determinado mundo, indicam uma situação, leituras, acesso, participação nesse e em outros mundos. Afinal, o corpo também fala, pois ele “[...] está no mundo social, mas o mundo social está no corpo [...]”. As próprias estruturas do mundo estão presentes nas estruturas (ou melhor, os esquemas cognitivos) que os agentes empregam para compreendê-lo [...]” (BOURDIEU, 2007, p. 185).

Como desenvolve Dussel (2007, p. 34) “a comunidade atua por meio de cada um de seus membros de maneira diferenciada” e que é o fundamento do exercício delegado do poder político. Assim, “a política será a longa aventura do uso devido (ou corrompido) da *potestas*” (DUSSEL, 2007, p. 33). Mas a atividade política, embora necessariamente coletiva e fundada nesse espaço do “discutir uns com os outros”, é executada por um representante⁵ e pode apresentar uma cisão: ora para o poder obediencial (em obediência aos interesses da comunidade) ora para uma fetichização do poder. Esta última será a função política exacerbada e sua inversão, ou seja: “a ação do representante, do governante [...], indevidamente, é uma ação *dominadora*, e não um exercício *delegado* do poder da comunidade” (*Idem*, p. 45). Assim, entre o indivíduo singular em seus esquemas cognitivos

⁵ Que é uma delegação do poder “para que seja exercido ou completo em ‘serviço’ dos representados que o escolheram...” (DUSSEL, 2007, p. 41).

para compreender seu mundo e a posição social particular no campo como agente, há mediações fundamentais cujas racionalidades são específicas a cada grupo social.

A aparência fenomênica do poder se expressa a partir da *potestas* – esse poder organizado, a política como institucionalização do poder. Ou seja, a política *em-si*, a atividade, em seu campo, é uma objetivação do poder, cuja ação sobre o espaço implica objetivação dessas relações que são seu fundamento. Portanto, quando em pesquisas nas ciências sociais nos detemos somente ao nível fenomênico da política – sobretudo das políticas públicas que resultam do “Estado em ação” – acabamos por tornar invisíveis os fundamentos, esquecemo-nos que o próprio Estado constitui-se enquanto uma instituição que enseja um campo de lutas e de contradições.

Enfim, para compreender as relações entre a política (como atividade), a ação política (como estratégica), do poder (fundamento), do espaço e o território enquanto essa prisão que os homens constroem para si (RAFFESTIN, 1993) exige-se uma perspectiva relacional. E é neste movimento que a categoria Campo pode contribuir.

Porque a Teoria dos Campos é importante na análise geográfica?

A partir das questões sobre poder e política inferimos que eles prescindem de uma perspectiva relacional, e que ocorrem em um determinado campo (forças/luta/ação). A existência de um campo indica a presença de um objeto em específico, de leis e de agentes que possuem determinado *habitus*, mantem/lutam por posições sociais a partir de determinado quantum de capital específico. Essas formulações para a categoria Campo são de Pierre Bourdieu e pretendemos aproximá-la com a concepção de território, numa abordagem relacional (RAFFESTIN, 1993; HAESBAERT, 2006).

A teoria geral dos campos se propõe a explicar o processo de diferenciação social que tende a dividir a sociedade em múltiplos microcosmos especializados (CHAMPAGNE, 2008), a partir da articulação de conceitos como de *habitus* e capital. Na análise de Catani (2004, p. 11), “ao menos três aspectos centrais necessitam ser estudados para a compreensão do arcabouço epistemológico do trabalho sociológico de Bourdieu: o conceito de prática (ou o conhecimento praxiológico) e as noções de *habitus* e de *campo*” (grifos originais). Ainda assim, é importante contextualizar que o modo de reflexão relacional de Bourdieu nos exige, a todo tempo, recorrer aos outros conceitos complementares como o é de capital, poder, estratégia etc. E, também, de que se tem aqui a pretensão de lançar algumas questões provocativas, merecedoras de discussões complementares.

Desta forma, o modo de construção do objeto de forma relacional, a partir do campo, apresenta-se, assim, como uma síntese para compreender as relações, com a

identificação dos agentes, o mapeamento de suas lógicas e das regras que compõem o jogo no campo. Um ponto de partida para entender quais as concepções de mundo e como elas repercutem na produção do próprio campo. Indicam, assim, conflitos em função das diferentes perspectivas dos agentes que têm relação com as posições ocupadas no campo, por isso:

En términos analíticos, un campo puede definir-se como una trama o configuración de relaciones objetivas entre posiciones. Esas posiciones se definen objetivamente en su existencia y en las determinaciones que imponen a sus ocupantes, agentes o instituciones, por su situación (*situs*) actual y potencial en la estructura de la distribución de las diferentes especies de poder (o de capital), cuya disposición comanda el acceso a los beneficios específicos que están en juego en el campo, y, al mismo tiempo, por sus relaciones objetivas con las otras posiciones (dominación, subordinación, homología, etc.) (BOURDIEU, 1993, p. 02).

Essa trama de configuração de relações objetivas indica, sobretudo, uma determinada forma de ser e de conhecer o mundo social: “a cada um dos campos corresponde um ponto de vista fundamental sobre o mundo que cria seu próprio objeto e encontra nele mesmo o princípio de compreensão e explicação conveniente a esse objeto” (BOURDIEU, 2007, p. 120), ou seja, “cada campo é a institucionalização de um ponto de vista nas coisas e nos habitus”⁶. Para o autor:

A noção de campo é, em certo sentido, uma estenografia conceptual de um modo de construção do objeto que vai comandar – ou orientar – todas as opções práticas de pesquisa. Ela funciona como um sinal que lembra o que há que fazer, a saber, verificar que o objeto em questão não está isolado de um conjunto de relações de que retira o essencial de suas propriedades. Por meio dela, torna-se presente o primeiro preceito de método, que impõe que se lute por todos os meios contra a inclinação primária para pensar o mundo social de maneira realista ou, para dizer como Cassirer, substancialista: é preciso pensar relacionalmente (BOURDIEU, 2005, p. 28).

Para Bourdieu (2005), a categoria Campo está para além de um instrumento somente aplicável ao mundo científico, pois além da necessária objetivação do saber fazer científico, é imperiosa uma objetivação dos que a fazem (os intelectuais como agentes), além da compreensão de suas regras, dos diferentes capitais, dentre outros. Assim, o modo de pensar e de fazer ciência em Bourdieu tem por característica a perspectiva relacional e a vigilância com as condições objetivas de produção e reprodução de determinadas visões de mundo e estruturas de pensamento.

Assim, se a categoria campo indica um microcosmo social, cujas relações estão em disputa pela imposição de determinadas visões de mundo, então sua objetivação indica processo de formação de territorialidades. Neste exercício reflexivo, o território é apreendido

⁶ Idem, p. 121

enquanto o conteúdo de um campo, com seu respectivo objeto, leis e agentes, em situação de conflito porque disputam concepções sobre projetos e sobre leituras de mundo, consentimentos e práticas espaciais que objetivam determinada territorialidade em territorialização.

Desta feita, ao estarmos imersos em determinado território-campo, compartilhamos de determinada igualdade, mas somos ontologicamente diferentes e tal diferença, no campo, se mensura a partir do capital, entendido em Bourdieu, como “[...] todo recurso ou poder que se manifesta em uma atividade social” (SOCHA, 2008, p. 46) e que tende “[...] a funcionar como capital simbólico (de modo que talvez valesse mais a pena falar, a rigor, em efeitos simbólicos do capital) quando alcança um reconhecimento explícito ou prático” (BOURDIEU, 2007, p. 295).

Portanto, conforme a lógica do campo haverá definição de qual tipo de capital válido no jogo. Se em uma determinada escala há relativa coesão que fundamenta o território-campo, em outra escala imediata podemos ter outro território-campo sobreposto – tal diferenciação tem relação, também, com a ação dos agentes. Adentramos, assim, em um movimento escalar, em que poderíamos simular diferentes territórios-campo (cada qual com territorialidades específicas), que em alguns momentos se conectam por pontos, de forma a constituir outro campo, cuja lógica territorial pode ser ao modo de uma rede ou de um rizoma.

As múltiplas relações entre o Território e o Campo

[...] em toda parte em que os homens se agrupam – seja na vida privada, na social ou na público-política –, surge um espaço que os reúne e ao mesmo tempo os separa uns dos outros. (Hannah Arendt)

Em relação à primazia do território no campo científico, Ripoll e Veschambre (2002) propõe uma necessária reflexão crítica tanto sobre seus efeitos científicos quanto sociais afinal, nessa pretensão de “querer tudo dizer, tudo explicar, ver tudo regrado a partir de um conceito-mestre, uma única entrada, uma única chave” de forçar que a riqueza e complexidade do mundo caibam em um único conceito, pode se acabar produzindo leituras reducionistas e confusas. As consequências sociais têm a ver com a influência desta leitura nos processos políticos.

A partir de considerações de Souza (2013) podemos dizer que há complexa relação entre território, poder e política: o território como determinada projeção espacial de relações de poder, é produzido, produto e produtor de política. Portanto, o território certas territorialidades, expressarão uma dada configuração desse movimento dialético, que é

colocado em marcha pelas relações sociais. Assim se partimos do pressuposto de que o território é um projeto em disputa, ainda que o projeto de um ator sintagmático possa estar hegemônico, isto não é *ad eternam*. É a partir das ideias de Raffestin (1993) que desenvolvemos uma perspectiva de território como projeto, sendo conteúdo de um determinado campo.

Dentre as contribuições de Raffestin (1993) está o fato de compreender que há uma escala de atores, embora sua análise seja centralizada nos atores coletivos classificando-os em atores sintagmáticos e os atores paradigmáticos. Como estratégia para se manter hegemônico, o ator sintagmático se utiliza de trunfos como os recursos, a população e o território. Em específico, o território, a partir dos elementos do sistema territorial – tessituras, nós, redes –, indica as relações entre os atores sintagmáticos e suas implicações espaciais, usando outros conceitos complementares, como nodosidade, centralidade, marginalidade, limites e fronteiras. Tais trunfos estão assim ligados a uma perspectiva escalar: território como projeto de produção e reprodução de um determinado conjunto de interesses visando determinados fins:

O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator ‘territorializa’ o espaço. [...] O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Quais implicações ao considerar o território como resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático? Indicamos, como uma primeira consequência, a necessidade de “abrir a caixa preta” dos territórios, que pressupõe olhar para o território (como fenômeno e como conceito) como um espaço de disputas, de lutas, de conflitos sobre concepções de mundo, sobre projetos para esse mundo. Desenvolvendo essa perspectiva, podemos dizer que cada território contém em si contradições, expressas em diferentes territorialidades em disputa, e que a dimensão hegemônica⁷ de um determinado território é estabelecida na relação entre poder e política. Assim, ao observar determinado território e suas dinâmicas internas, pode-se identificar um *campo* com suas regras, agentes, objeto.

Na escala da ação, o campo-território situa os grupos sociais, o homem como ser vivente em comunidade, fundamento da *potentia*. Aliás, na condição de *estar posto no mundo*, o sujeito participa da construção dele, ainda que representado ou deliberadamente

⁷ Conceito de hegemonia em Gramsci, a partir de Sader (2015, p. 08): “Quando as classes dominantes passam a se apoiar, em grande medida, na capacidade de difundir sua ideologia e fazer com que ela seja assumida pelas próprias classes dominadas e exploradas – ou por uma parte delas -, consegue impor sua hegemonia sobre o conjunto da sociedade, o que dá uma base mais sólida ao seu poder”.

ausente – dimensão da *potestas*. Portanto, os espaços políticos são muito mais amplos do que exclusivamente aqueles da institucionalização da política. Há uma série de decisões cotidianas que indicam adesões a certas práticas espaciais (SOUZA, 2013) e, portanto, a determinadas concepções sobre o mundo, sobre a sociedade e, por sua vez, legitimam relações de poder, endossam o *quantum* de capital daqueles agentes que se assumem representantes dessa concepção e que se utilizam dos diferentes meios – em especial publicitários – para difundi-las. Essa adesão via a participação, consciente ou inconsciente, indica que se pode, eventualmente, não só *estar* como *ser* trunfo (RAFFESTIN, 1993).

Desta forma, a perspectiva relacional entre as categorias Território e Campo, na análise geográfica possibilita compreender que: 1) as relações sociais que endossam determinado “microcosmo social” (o campo) estão situadas geograficamente, ou seja, é imprescindível aqui considerar as particularidades inerentes ao “onde estão” – convoca-se, assim, para uma ruptura com o espaço abstrato, das relações sociais sem materialidade; 2) se as relações sociais estão situadas, isso nos indica que devemos compreendê-las em sua relação com o meio, sendo que o território vem a ser uma das categorias pois indica não somente uma determinada relação com o meio (e suas influências recíprocas), mas sobretudo, determinadas práticas espaciais e concepções (leitura sobre seu mundo), relações de *potentia* e *potestas*, que objetivam projeções sobre o devir. Como bem indicam Ripoll e Veschambre (2002, p. 23), uma das razões do retorno ao território é justamente o fato de que ele permite lembrar – no campo das ciências sociais – que não existe sociedade *hors-sol* e que toda sociedade tem uma dimensão geográfica e espacial.

Portanto, pressupomos que um território, além de não ser uno, também não é homogêneo, nem representa uma apropriação/produção exclusiva de determinado espaço geográfico. Está intrínseca à noção de território, o movimento permanente de disputa, de determinação sobre “qual projeto/programa” a ser executado – indicando, portanto, a visão de mundo hegemônica em determinada circunstância. Assim, a capacidade de produzir territorialidades tem a ver com a capacidade de fazer-se hegemônico no espaço e no tempo. Tem a ver com capacidade de articulação, de mobilização, de exercício do poder simbólico e da política como atividade. É por isso que, ao nível dos fenômenos, não há território sem conflitualidades.

Ainda assim, é preciso abrir a “caixa” do território como fenômeno. Isso significa reconhecer que há uma diversidade de programas também nesse nível escalar. Como caso exemplar, pode-se dizer que os agricultores assentados que seriam potenciais representantes de um determinado território-camponês indicam também disputas internas, por concepções sobre o devir, com leituras de mundo das questões que têm implicação direta sobre seu cotidiano e, também, para a sociedade (SULZBACHER, 2015). Portanto, quando algum movimento social apresenta seu programa, seu projeto de sociedade, com as

linhas gerais, isso indica que estamos acessando um território, cujo projeto se propõe hegemônico, pautado e construído a partir de determinados valores, perpassando pelo movimento da potência para a potestas, a construção de um ideal de sociedade, de futuro, de sistemas produtivos etc. No entanto, em outras escalas (sobretudo local ou regional) isso pode ser inviável, naquele momento, pelo enfrentamento com outras lógicas, outras necessidades que se fazem imediatas. Tais condições objetivas indicam que a “materialidade jamais poderia ser desimportante” (SOUZA, 2013, p. 95) e indicam a condição dos sujeitos, como postos no mundo (HISSA, 2009).

Assim, um determinado território representa uma hegemonia, um programa de operações ainda que em disputa e pleno de resistências dos atores paradigmáticos – tais resistências, na leitura de Raffestin (1993), se fazem no cotidiano:

[...] O trunfo da geografia política é o homem, na sua qualidade de membro de uma coletividade, na sua existência cotidiana. [...] Não se trata de privilegiar o indivíduo, mas de lhe permitir conservar sua identidade e sua diferença na coletividade à qual pertence. Para tanto, ele deve poder dispor dos instrumentos teóricos que lhe permitem analisar as relações de poder que caracterizam o corpo social do qual é membro (RAFFESTIN, 1993, p. 168).

O autor prossegue e atenta para a dominação como uma naturalização dessas relações de poder e que nos propomos ler enquanto hegemonia de um determinado território-projeto – que representa, por sua vez, uma determinada visão de mundo, constituída a partir do poder simbólico.

Assim, sendo o território conteúdo de um campo, pressupõe entender que os agentes estão situados, que determinadas relações somente são possíveis em determinados lugares, e que por tal característica resguardam particularidades. É a partir das relações de poder, inclusive simbólicas, que se fundamentam as lógicas de um determinado campo. O poder político é expressão aqui dessa capacidade de direcionar a ação, dar-lhe algum sentido e é por isso, mais uma vez, que o território nos auxilia, como apresenta Haesbaert (2006, p. 92):

De qualquer forma, uma noção de território que despreze sua dimensão simbólica, mesmo entre aquelas que enfatizam seu caráter eminentemente político, está fadada a compreender apenas uma parte dos complexos meandros dos laços entre espaço e poder. O poder não pode de maneira alguma ficar restrito a uma leitura materialista, como se pudesse ser devidamente localizado e objetificado. [...] o poder como relação [...] envolve não apenas as relações sociais concretas, mas também as representações que elas veiculam e, de certa forma, também produzem. Assim, não há como separar o poder político num sentido mais estrito e o poder simbólico.

Por ser inseparável que tentamos desenvolver uma análise relacional, uma vez que o território é sobretudo relacional – tanto por ser objeto de disputas⁸ quanto por estabelecer mediações entre singular e universal. Além disso, também é pertinente uma abordagem relacional do território, a fim de enfatizar sua inserção no conjunto de relações, pois “justamente por ser relacional, o território é também movimento, fluidez, interconexão – em síntese e num sentido mais amplo, temporalidade” (HAESBAERT, 2006, p. 82).

O território é, por assim dizer, objeto em disputa tanto ao nível fenomênico (da realidade vivida) quanto ao nível conceitual. Cabe aqui recorrer, novamente, as observações de Bourdieu (2006, p. 113):

As lutas a respeito da identidade étnica ou regional, quer dizer, a respeito de propriedades (estigmas ou emblemas) ligadas à *origem* através do *lugar* de origem e dos sinais duradouros que lhes são correlativos, como o sotaque, são um caso particular das lutas das classificações, lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por meio deste, de fazer e de desfazer os grupos. Com efeito, o que nelas está em jogo é o poder de impor uma visão do mundo social através dos princípios de *di-visão* que, quando se impõe ao conjunto do grupo, realizam o sentido e o consenso sobre o sentido e, em particular, sobre a identidade e a unidade do grupo, que fazem a realidade da unidade e da identidade do grupo.

Em uma segunda assertiva, pensar o território como mediação entre o singular e o universal nos permite desenvolver uma perspectiva relacional do ponto de vista escalar e, sobretudo, de como as múltiplas relações de poder, em diferentes campos, atravessam e, portanto, influenciam determinado território. Ainda de forma complementar, é preciso considerar as dimensões que estão horizontalmente postas quando discutimos determinado território:

[...] o território, relacionalmente falando, ou seja, enquanto mediação espacial do poder, resulta da interação diferenciada entre as múltiplas dimensões desse poder, desde sua natureza mais estritamente política até seu caráter mais propriamente simbólico, passando pelas relações dentro do chamado poder econômico, indissociáveis da esfera jurídico-política” (HAESBAERT, 2006, p. 93).

Quando falamos em território, sobretudo a partir de uma abordagem relacional e a fim de evitar uso exaustivo e cansativo de adjetivações, indicamos que: 1) ao refletir sobre o território – como conceito e como fenômeno – uma primeira questão é a necessidade de lembrar que o *real* comporta em si complexidades que são tangenciáveis, porém não totalmente apreensíveis ao intento científico e que, deste modo, é preciso reconhecer tanto

⁸ Afinal, ele é produto e “define-se antes de tudo com referência às relações sociais (ou culturais, em sentido amplo) e ao contexto histórico em que está inserido” (HAESBAERT, 2006, p. 78).

a ciência como um movimento dialético de aproximação-afastamento, quanto admitir que tal complexidade indica necessidade de pensar “aberturas” – ao modo que o filósofo Edgar Morin nos convoca a refletir. Se partirmos do pressuposto de que a complexidade é inerente à vida, aquilo que a ciência denomina como *real*, então podemos desde já antecipar que o território como conceito será sempre uma leitura posicional e parcial de um determinado território-fenômeno, ou seja: muito embora possa-se fazer uso de infinitas adjetivações, na prática, efetivamente, temos limitações para fazê-las comparecerem ao *modo de pensamento* que integre a *complexidade* do fenômeno. Tal empreendimento ainda exige outras capacidades, como a de interagir, de construir pontes, estabelecer diálogos no campo das ciências sociais, da filosofia e com outros saberes, mormente fracionados no fazer científico.

Uma vez exposta essa precaução, a segunda nos remete aos pressupostos do território. Primeira questão, que ainda é recorrente em algumas discussões na Geografia, refere-se à diferença entre espaço e território. Até o momento, compreendemos que Raffestin ao dizer que o “território é a prisão que os homens constroem para si” nos auxilia nessa diferenciação. Ou seja, se os homens podem construir qualquer coisa é porque estão em algum lugar, que oferece as condições objetivas para que os processos aconteçam. O espaço geográfico indica essas condições objetivas, que são sempre dialéticas, contraditórias, apresentam particularidades e indicam estruturas-estruturadas-estruturantes – para uma leitura do espaço geográfico é imprescindível superarmos a dicotomia estruturação.

Portanto, se o espaço geográfico oferece as condições objetivas para [os processos] que os “homens constroem prisões para si”, isso nos indica que o território emerge a partir das relações sociais situadas (e isso não tem a ver somente com o meio – com a geografia, tem a ver também com o momento histórico – com o tempo, portanto é redundante falar em espaço-tempo-território). A territorialidade daí decorrente expressará um determinado momento desse movimento (que não quer dizer, necessariamente, evolução ou retrocesso) de arranjo das condições objetivas. Para compreendermos esses movimentos (de construir prisões, de como elas estão expressas em dado espaço geográfico) é que exercitamos um olhar escalar uma vez que a dinâmica da vida exige conexões várias. Então, conforme a situação ter-se-á diferentes combinações dialéticas e tais especificidades que permitem entender a complexidade do espaço geográfico – que não é produzido/produto/produção, tão somente, de atores hegemônicos.

Portanto, não há como falar em território – como conceito e como fenômeno – sem pensá-lo relacionalmente. Pensar a relação é uma tarefa conceitual, que indica esforço de tentar apreender as diferentes relações que caracterizam determinado território-fenômeno. Para tal, é importante entender que não se faz uma “prisão” sem reconhecimento (talvez,

consentimentos) e sem conflitos: a sua construção pressupõe tanto reconhecimento dos “de dentro” quanto dos “de fora” – é um fator de diferenciação socialmente reconhecido sendo que a objetivação no espaço geográfico é uma das suas formas de expressão; também não se faz sem conflitos, pois o território é um movimento, é um programa (Raffestin), executado por um agente (que está hegemônico), mas que contém em si contradições, resistências, diferenças, que indicam outros movimentos. Portanto, um território não é *ad eternaum*. Como fenômeno ele também obedece ao pulsar da vida e das dinâmicas inerentes à existência, ao Campo.

Algumas considerações

Finalizamos com algumas considerações, pensando a perspectiva relacional entre as categorias Território e Campo: 1) entender que o território-fenômeno é complexo, cujas possibilidades de compreensão teórica perpassam pela necessidade de uma abordagem relacional e, deste modo, a concepção de Campo nos auxilia, sobretudo do ponto de vista metodológico, na identificação do campo, dos seus agentes, das suas leis e regras, seus objetivos e estratégias; 2) entender que o Campo precisa de um território indica que as relações sociais de determinado campo estão localizadas, ou seja, estão em interação com o meio e isso lhes confere especificidades ainda que imersas em dinâmicas regionais ou globais.

Na análise geográfica, pensar o Território em suas relações com o Campo, permite acessar movimentos, regras, lógicas internas (talvez essenciais) que podem ser fundamentais para compreender determinada situação e, por outro lado, permite apreender as especificidades decorrentes de “onde está”, suas conexões com outros espaços sociais e como isso influencia na sua dinâmica interna.

Seguimos, em diálogo e construindo pontes.

Referências

BOURDIEU, P. **Esboço de autoanálise**. [Tradução Sergio Miceli]. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

_____. La Lógica de los Campos. **Revista Zona Erógena**, nº 16, 1993, p. 01-14.

_____. **Meditações Pascalianas**. [Tradução Sergio Miceli]. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CATANI, A. M. Pierre Bourdieu: um estudo da noção de campo e das suas apropriações brasileiras nas produções educacionais. In: V Congresso Português de Sociologia, **Anais...** Braga, 2004, p. 8-23.

CHAMPAGNE, P. **Pierre Bourdieu**. Toulouse: Milan, 2008.

CLAVAL, P. La géographie et les phénomènes de domination. **Espace géographique**, t. 5, nº 3, 1976, p. 145-154.

DUMONT, M. Aux origines d'une géopolitique et l'action spatiale : Michel Foucault dans les géographies françaises. In: *L'espace politique*, 12, 2010-3. Acesso em 02 setembro 2014. Disponível em: <http://espacepolitique.revues.org/1744>

DUSSEL, E. **20 teses de política**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. [organização e tradução de Roberto Machado] Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. The Subject and Power. In: DREYFUS, H. et RABINOW, P. **Michel Foucault: Beyond Structuralism and Hermeneutics**. Chicago: The University of Chicago Press, p. 208-226, 1982. Disponível em: <http://1libertaire.free.fr/MFoucault102.html> Acesso em 13 ago 2018.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HISSA, C. E. V. Território de diálogos possíveis. In: RIBEIRO, M. T. F. e MILANI, C. R. S. (org.). **Compreendendo a complexidade sócioespacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar**. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 37-84.

MAAR, W. L. **O que é política**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. [Tradução de Maria Cecília França]. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RIPOLL, F. e VESCHAMBRE, V. Face à l'hégémonie du territoire: éléments pour une réflexion critique In : **Lire les territoires**. Tours: Presses universitaires François-Rabelais, 2002 Disponível em: <http://books.openedition.org/pufr/1816> Acesso em 20 jun. 2014.

SADER, Emir. **Gramsci: poder, política e partido**. [Tradução Eliana Aguiar]. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

SÁNCHEZ, J. E. **Geografía Política**. Madrid: Editorial Síntesis, 1992.

SANGUIN André-Louis. L'évolution et le renouveau de la géographie politique. In: **Annales de Géographie**, t. 84, nº 463, p. 275-296, 1975. Disponível em: https://www.persee.fr/docAsPDF/geo_0003-4010_1975_num_84_463_19813.pdf Acesso em 13 ago 2018.

SOUZA, M. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, P. L. **Geografia: conceitos e temas**. 11 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

_____. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SULZBACHER, A. W. Política, Território, Poder e a Agroindustrialização em assentamentos de reforma agrária no Rio Grande do Sul. **Tese** (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2015. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/123404>>. Acesso em 10 mai. 2018.

Sobre o autor

Aline Weber Sulzbacher - Docente no Programa de Pós-Graduação em Estudos Rurais (PPGER - UFVJM) e no Curso de Graduação em Geografia - Licenciatura (UFVJM). Formada em Geografia - Licenciatura (UFSM), com Mestrado em Extensão Rural (UFSM), Especialização em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo (UFSM/PRONERA) e Doutorado em Geografia (FCT/UNESP). Desenvolve pesquisas nas áreas de Geografia Agrária, Geografia Política, Educação e Geografia, em temas como questão agrária, questão energética, relações sociais de gênero, território, política, políticas públicas, movimentos sociais, educação popular e tecnologias sociais.

OrCID: <https://orcid.org/0000-0003-3353-458>

Como citar este artigo

SULZBACHER, A, W. **Perspectivas relacionais das categorias Território e Campo na análise geográfica**. *Revista NERA*, vol.22 , n. 48, p. 137-153, Dossiê Território em Movimento, 2019. mai.- ago. 2019.

Recebido para publicação em: 26 de agosto de 2018
Devolvido para a revisão em: 18 de janeiro de 2019
Aceito para a publicação em: 05 de março de 2019
